

KUPFER, D. Rigidez Estrutural. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 10/02/2014. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/rigidez-estrutural.ghtml>.

Rigidez Estrutural

10/02/2014

Na dinâmica newtoniana, a falta de movimento pode decorrer simplesmente da ausência de força ou da presença de forças contraditórias que levem a uma resultante nula. Igualmente, considerando-se as imperfeições do mundo físico real, uma força insuficiente para vencer a inércia criada pelo atrito entre superfícies também irá provocar um resultado de ausência de movimento.

Na economia, analogamente, a dinâmica da produtividade requer a existência de incentivos que gerem uma resultante não somente positiva como capaz de superar a inércia provocada pelas imperfeições do mundo econômico real. Dentre essas imperfeições destacam-se a aversão ao risco, a propensão a adiar decisões quando há lacunas de informação e a preferência por manter posições flexíveis diante de incertezas quanto ao futuro. Nesse contexto, as situações em que as forças que emanam da economia não se mostram suficientes para vencer a inércia causada pela aversão ao risco sugerem um quadro de rigidez estrutural.

No Brasil, a rigidez estrutural é uma das principais causas da lenta evolução da produtividade que vem acompanhando a indústria nacional há tantos anos. Aqui, a rigidez estrutural manifesta-se como um fenômeno no qual o setor industrial reage às pressões de competitividade com investimentos em modernização mas não em expansão de capacidade produtiva, diversificação das linhas de produtos ou inovações de produto ou processo, que tendem a ser muito mais efetivos.

O crescimento da produtividade é o melhor analgésico para as dores da restrição externa.

Produtividade pode ser referenciada à eficiência ou ineficiência com que se realiza a produção. Há, porém, duas fontes radicalmente distintas de ineficiência: a alocativa e a técnica. A ineficiência alocativa, a menina dos olhos da corrente principal da teoria econômica, é provocada por erros na proporção com que os recursos produtivos estão sendo combinados, quer dizer, um ou mais recursos estão ociosos em relação aos demais. Em geral, a teoria atribui as ineficiências alocativas a distorções dos sinais de mercado provocados pela ação (ou omissão) do governo. Nesse tipo de raciocínio, indústrias com rentabilidade artificialmente elevadas ou atraem recursos que deveriam estar sendo destinados a outras atividades ou ganham uma sobrevida ao invés de serem eliminadas. Já a ineficiência técnica, mais afeita às visões de engenheiros, administradores e economistas industriais, tem a ver com perdas ou desperdícios, ausência de rotinas, falhas nos procedimentos de busca, erros de planejamento, enfim, problemas que decorrem de lacunas de capacitação tecnológica e gerencial do sistema produtivo.

Em ambos os casos acima, o sistema produtivo está obtendo uma quantidade de produto aquém do que é possível. Mas as razões são completamente diferentes. Em uma análise panorâmica, a dinâmica da produtividade dependerá: 1 - do seu crescimento orgânico pela via

da incorporação de progresso tecnológico incremental; 2 - do efeito-composição estático, segundo o qual a eliminação dos mais ineficientes eleva a produtividade média dos sobreviventes (o “darwinismo social” das visões neoliberais); 3 - do efeito-composição dinâmico, correspondente a entrada de empresas inovadoras na economia (“a destruição criadora” schumpeteriana) e, por fim, 4 - da existência de retornos crescentes que acompanham o desenvolvimento industrial, sejam internos (de escala ou do aprendizado tecnológico e organizacional) ou externos (de encadeamentos - relações com fornecedores e clientes na cadeia produtiva; de transbordamentos - externalidades puras ou sinergias) ou ainda da coordenação oligopolística (competição por esforço de venda, diferenciação de produtos ou inovação).

Evidentemente esses fatores são aditivos, de sorte que o crescimento da produtividade será tanto mais robusto quanto mais eles se fizerem presentes. A tese sustentada por boas razões empíricas é de que os dois últimos (destruição criadora e retornos crescentes), mais ligados à eficiência técnica, são mais relevantes para países emergentes do que os dois primeiros, essencialmente relacionados à eficiência alocativa.

No atual cenário econômico brasileiro, o crescimento da produtividade é o melhor analgésico para as dores da restrição externa, propiciando a necessária melhoria de competitividade das exportações em terceiros mercados e da produção nacional no mercado interno sem os efeitos colaterais sobre inflação e juros que seriam trazidos por uma desvalorização cambial mais extensa. De modo similar, no front interno, o crescimento da produtividade é a chave para sustentar o atual círculo virtuoso que se estabeleceu no mercado de trabalho sem pressionar excessivamente os custos salariais unitários, evitando os efeitos deletérios sobre a inflação e a competitividade da indústria nacional.

Há boas razões para se antever que o debate sobre produtividade irá ganhar visibilidade crescente, com chances até mesmo de ser absorvido como um dos temas centrais da campanha eleitoral que vem pela frente. Interessante exemplo de politização do tema vem do México, onde o novo governo lançou em 30 de agosto último um “Programa de Democratização da Produtividade”. A parte da qualidade do programa e de seu real alcance, levar produtividade a todos é um objetivo extremamente meritório em sociedades muito heterogêneas, como é a norma latino-americana. Aqui no Brasil, sem que se construa um diagnóstico claro dos fatores determinantes da tendência à rigidez estrutural da nossa indústria, a discussão política não conseguirá escapar de permanecer muito retórica e muito pouco substantiva